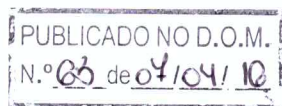




## MUNICÍPIO DE CURITIBA



Contrato nº 22357 que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE CURITIBA** e a empresa **C.M.G. SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.**

Aos dezesseis dias, do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no Palácio 29 de Março, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal da Educação **ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO**, CPF/MF nº 859.869.509-25 na qualidade de Ordenadora de Despesas e assistida pelo Secretário Municipal de Obras Públicas **SERGIO LUIZ ANTONIASSE**, CPF/MF nº 234.074.929-87, e, de outro lado, a empresa **C.M.G. SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, doravante denominada **CONTRATADA**, CNPJ/MF nº 03.300.683/0001-90 com sede na Rodovia dos Minérios, nº 750-A, PR 092, Bairro Taboão, nesta Capital, neste ato representada por **MARCOS AURÉLIO GOMES DA SILVA**, CPF/MF nº 881.474.019-49, tendo em vista o contido no Processo nº 01-125093/2015-SME, acordam firmar o presente contrato, obedecidas as condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 438/2015 e as condições expressas na Lei n.º 8.666/93, e alterações subsequentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente por objeto a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos Faróis do Saber e Núcleos Regionais da Educação do Boqueirão, Portão e Santa Felicidade, pertencentes à Secretaria Municipal da Educação – Curitiba – Paraná, em conformidade com o edital de Pregão Eletrônico nº 438/2015 e anexos, bem como da proposta da **CONTRATADA**, datada de 06/01/2016, os quais passam a fazer parte deste Contrato como se nele estivessem integral e expressamente reproduzidos.

### Parágrafo Primeiro

O presente instrumento contratual será regido pelas condições expressas no edital de Pregão Eletrônico nº 438/2015-SME, bem como pelas disposições da Lei n.º 8.666/93 com alterações subsequentes e demais normas legais pertinentes.

### CLÁUSULA SEGUNDA

O objeto contratado deverá ser executado no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da respectiva Ordem de Serviço, expedida pela Coordenadoria de Obras e Projetos da Secretaria Municipal da Educação, podendo ser prorrogado se acordos as partes e atendidos os requisitos legais.



## MUNICÍPIO DE CURITIBA

### Parágrafo Único

O prazo de vigência do presente contrato será de 15 (quinze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado se acordos as partes, conforme legislação vigente.

### CLÁUSULA TERCEIRA

Os serviços ora contratados serão executados pelo regime de empreitada por preço unitário, no valor de R\$ 706.650,00 (setecentos e seis mil, seiscentos e cinquenta reais), quantia esta que abrange todas as especificações, quantitativos, valores unitário e global, conforme definido nos respectivos projetos sendo os pagamentos efetuados por medição de serviços efetivamente executados.

### CLÁUSULA QUARTA

As despesas decorrentes do contrato a ser firmado com a(s) **CONTRATADA** no valor de R\$ 706.650,00 (setecentos e seis mil, seiscentos e cinquenta reais) correrão à(s) conta(s) da(s) dotação(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

09001.12361.0004.2051.339039.0.1.103 (SME)  
09001.12361.0004.2051.339039.0.1.104 (SME)  
09001.12361.0004.2051.339039.0.1.107 (SME)  
09001.12361.0004.2053.339039.0.1.104 (SME)  
09001.12361.0004.2053.339039.0.1.107 (SME)  
09001.12365.0004.2058.339039.0.1.103 (SME)  
09001.12365.0004.2058.339039.0.1.104 (SME)  
09001.12365.0004.2058.339039.0.1.107 (SME)  
09001.12365.0004.2060.339039.0.1.103 (SME)  
09001.12365.0004.2060.339039.0.1.104 (SME)

### Parágrafo Único

Para o exercício seguinte, novas dotações orçamentárias deverão ser informadas, tomando-se por base o PPA 2013/2016 e a LOA do ano correspondente.

### CLÁUSULA QUINTA

Por ocasião da assinatura do presente contrato, a **CONTRATADA** depositou, a título de caução e como garantia de cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância de R\$ 35.332,50 (Trinta e cinco mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.





## MUNICÍPIO DE CURITIBA

### CLÁUSULA SEXTA

Poderá ser realizado reajuste, tendo como base o IPCA acumulado no período, ou revisão a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei Federal nº 10.192/2001, Acórdão TCU nº 1.563/2004 e artigo 65 da Lei Federal 8.666/93. Na hipótese de os valores serem originários de planilha de composição de custos, a revisão se dará sempre mediante análise das planilhas, para efetiva comprovação de alteração dos preços contratuais. O reajuste será concedido após o decurso de 12 (doze) meses a partir da data da proposta ou, ainda, da data da concessão do último reajuste.

### CLÁUSULA SÉTIMA

Para o Núcleo Regional da Educação do Boqueirão, fica designado como gestor deste processo o servidor Luiz Marcelo Mochenski, matrícula nº 140.413, e como suplente, o servidor Alexander Bonilha Brondani, matrícula nº 102.113, para o exercício das atribuições constantes no Decreto Municipal nº 1.644/2009.

### CLÁUSULA OITAVA

A data-base da categoria profissional que representará a maior parcela do custo da mão de obra na execução do objeto é 1º de junho.

### CLÁUSULA NONA

Antes de iniciar os trabalhos, objeto deste contrato, a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente apresentar ao Gestor do Contrato, cópia dos seguintes documentos:

- I- Fornecer por escrito, em papel timbrado da empresa, os procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal;
- II- Apresentar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA – (NR 9) ou PCMAT – NR 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), esclarecendo que as orientações e correções apontadas devem ser de conhecimento dos funcionários;
- III- Cópia da Ata da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – onde se discutiu o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- IV- Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO – (NR-7); ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) e Mapas de Risco;
- V- Ordens de Serviço sobre Segurança e saúde no trabalho contendo os riscos profissionais que possam ocorrer nos locais de trabalho, os meios para prevenir e limitar tais riscos e os procedimentos a serem adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho com a ciência dos empregados envolvidos na execução da obra ou serviço, conforme item 1.7 da NR 1;



## MUNICÍPIO DE CURITIBA

- VI- Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas, conforme previsto no item 18.28 da NR 18;
- VII- Ficha de controle de fornecimento e recebimento de EPI's com o termo de responsabilidade assinada pelos empregados da empresa;
- VIII- Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho – NR 4 e NR 5), com telefone, endereço, etc.,
- IX- Registro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT da empresa contratada na Delegacia Regional do Trabalho - DRT, conforme NR4;
- X- Registro profissional dos integrantes do SESMT da empresa nos respectivos órgãos de classe: Médico do Trabalho – CRM, Engenheiro de Segurança do Trabalho – CREA, Técnico de Segurança do Trabalho – TEM;
- XI- Registro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA na Delegacia Regional do Trabalho – DRT;
- XII- Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- XIII- A indicação de uso obrigatório de EPI nos locais de trabalho;
- XIV- Em caso de serviço em altura deverá ser apresentado os exames clínicos complementares dos empregados designados para executar os serviços;

### Parágrafo Único

Durante e execução dos Trabalhos, a **CONTRATADA** deverá, quando for o caso, apresentar ao Gestor do Contrato os seguintes documentos:

- I- Em caso de acidente de trabalho, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao Departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA;
- II- No caso de acidente, a **CONTRATADA** deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização da SMOP e solicitar a perícia no local;
- III- Comprovar a realização dos exames médicos admissionais, demissionais e periódicos;
- IV- Relatório mensal de Segurança e Medicina do Trabalho, até o segundo dia útil do mês, contendo os seguintes dados: Número de empregados na obra; Número de acidentes pessoais e materiais; Número de homens/horas trabalhadas; Números de dias perdidos e dias

5 22 3 P





## MUNICÍPIO DE CURITIBA

debitados referente aos acidentes; Número de inspeções de segurança realizadas; Número de cursos/treinamentos realizados; Composição do SESMT e da CIPA;

### CLÁUSULA DÉCIMA

Se a **CONTRATADA** deixar de executar o serviço por qualquer motivo dentro do prazo de validade das propostas ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas e ainda em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, poderão ser aplicadas às penalidades seguintes, facultada defesa prévia do interessado, independente de outras previstas em lei:

- I. Advertência.
- II. No caso de atraso injustificado na entrega do objeto e/ou na prestação de serviços ou ainda na execução do contrato, multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da contratação, até o prazo máximo de 10 (dez) dias.
- III. Vencido o prazo de que trata o inciso II, o empenho poderá ser cancelado ou o contrato rescindido, sem prejuízo das demais sanções previstas.
- IV. No caso de inadimplemento do contrato, será aplicada multa punitiva de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.
- V. As multas de mora e punitiva poderão ser cumuladas.
- VI. Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos, penalidade essa a ser aplicada pela autoridade competente, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado à Administração Pública, de acordo com a Lei nº 8.666/93.
- VII. Declaração de inidoneidade para licitar na Administração Pública, com publicação na Imprensa Oficial, de acordo com a Lei nº 8.666/93.
- VIII. A Administração poderá motivadamente aplicar as penalidades estabelecidas em lei e nos Decretos Municipais nºs 1235/03 e 1644/09, independentemente da ordem em que estejam previstas, considerando sempre a gravidade e eventuais prejuízos causados ao erário e os princípios que regem a Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- IX. Aplicação de penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais para ressarcir pelos danos causados, podendo, ainda, reter créditos decorrentes do contrato ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos, de acordo com o art. 78 do Decreto nº 1644/2009.

5 12 30



## MUNICÍPIO DE CURITIBA

### Parágrafo Único

Quaisquer das penalidades aplicadas serão transcritas na ficha cadastral da **CONTRATADA** na Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A rescisão do contrato poderá ser:

- I. Unilateralmente e por escrito pelo **CONTRATANTE**, nos casos de descumprimento pela **CONTRATADA** das condições pactuadas e, ainda, na forma dos incisos I a XII e XVII, do artigo 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- II. Por acordo amigável entre as partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**. Deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- III. Por iniciativa das partes na via administrativa ou judicial, nos casos enumerados nos incisos XII a XVII, do artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, hipóteses em que, desde que não haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, na conformidade do disposto no parágrafo 2º e incisos, do artigo 79 e art. 80, daquele diploma legal.

### Parágrafo Primeiro

Na hipótese de a **CONTRATADA** solicitar a rescisão ficará a mesma obrigada a manter a prestação dos serviços contratados por período a ser estipulado pelo **CONTRATANTE**, a contar do recebimento da notificação.

### Parágrafo Segundo

O inadimplemento de qualquer cláusula do contrato poderá ser motivo de sua imediata rescisão, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além de responder a(s) empresa(s) **CONTRATADA(s)**, por perdas e danos, quando esta:

- a) Não cumprir as obrigações assumidas;
- b) Falir ou dissolver-se;
- c) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência do Município;
- d) Tiver sua atividade suspensa por determinação de autoridades competentes, de acordo com a legislação em vigor;
- e) Interromper a prestação dos serviços por mais de 02 (dois) dias consecutivos, sem justo motivo aceito pelo Município.

5

24  
am  
BR



## MUNICÍPIO DE CURITIBA

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Elegem as partes o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento.

E para constar, foi lavrado o presente, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Palácio 29 de Março, 16 de março de 2016.

  
**ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO**  
Secretário Municipal da Educação

  
**MARCOS AURÉLIO GOMES DA SILVA**  
Contratada

  
**SERGIO LUIZ ANTONIASSE**  
Secretário Municipal de Obras Públicas

  
1ª testemunha

**ROBERTA ZHINETI**  
CPF: 870.479.699-34

  
2ª testemunha

**PATRICIA MENDES MAURER**  
CPF: 872.067.579-87





**Prefeitura Municipal de Curitiba**  
**Secretaria Municipal das Finanças**  
**Departamento de Contabilidade**

**Comprovante de**  
**Depósito de Títulos**

Nº  
**82/2016**

**CREDOR**

**CMG SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - ME**

**CAUÇÃO REFERENTE A EDITAL Nº**

PE/438/2015/SME

**R\$**

35.332,50 (31.799,25 + 3.533,25)

**DEPÓSITO ATRAVÉS DE:**

**Apólice/ Carta Fiança ..... 997675**

**Seguradora / Banco ..... Banco Potencial S/A**

**Emissão ..... 10/03/2016**

**Vencimento ..... 02/08/2017**

**Finalidade ..... EXECUÇÃO**

D - 7.9.7.2.1.01.01 Recebidos Em Caução

C - 8.9.7.2.1.01.01.04.91 Cmg Serviços de Engenharia Ltda - Me

**DATA**

14/03/2016

**DIVISÃO DE CONTABILIZAÇÃO**

Responsável pelo Recebimento e Guarda do Título:

Rosângela Maria Botelho  
Título 138027 - Credor